

10



Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE

Módulo 10 – Controle e Fiscalização

Revisão	Motivo da Revisão	Instrumento de aprovação pela ANEEL	Data de vigência
1	Correções e aperfeiçoamentos	Publicação de Retificação no Diário Oficial da União	27/09/2013



MÓDULO 10 – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

ÍNDICE

ÍNDICE	2
SEÇÃO 10.0 – INTRODUÇÃO.....	3
1 APRESENTAÇÃO	3
2 OBJETIVO.....	3
3 ABRANGÊNCIA.....	3
4 CONTEÚDO	3
5 DAS ALTERAÇÕES DESTA REVISÃO.....	3
SEÇÃO 10.1 – CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS	4
1 OBJETIVO.....	4
2 ABRANGÊNCIA.....	4
3 PROCEDIMENTOS	4
SEÇÃO 10.2 – FISCALIZAÇÃO.....	11
1 OBJETIVO.....	11
2 ABRANGÊNCIA.....	11
3 PROCEDIMENTOS	11
REFERÊNCIAS	18

Assunto: Introdução	Seção: 10.0	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 3 de 18
------------------------	----------------	---------------	---------------------------------	--------------------

SEÇÃO 10.0 – INTRODUÇÃO

1 APRESENTAÇÃO

- 1.1 Este módulo ([Módulo 10 – Controle e Fiscalização](#)) estabelece os procedimentos para apuração e fiscalização dos gastos em projetos do PEE.

2 OBJETIVO

- 2.1 Estabelecer as diretrizes complementares ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - [MCSE](#) para o controle da contabilização dos gastos realizados na execução dos projetos do PEE e para as atividades de fiscalização.

3 ABRANGÊNCIA

- 3.1 As diretrizes deste módulo se aplicam a todos os projetos no âmbito do PEE.

4 CONTEÚDO

- 4.1 Este módulo é composto de 2 (duas) seções, além da Introdução:
- a) Seção 10.0 – INTRODUÇÃO.
 - b) Seção 10.1 – CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS – estabelece os procedimentos para apuração e controle do montante mínimo a ser aplicado no PEE.
 - c) Seção 10.2 – FISCALIZAÇÃO – estabelece as diretrizes, procedimentos e documentos a serem observados na fase de fiscalização dos projetos.

5 DAS ALTERAÇÕES DESTA REVISÃO

- 5.1 Não aplicável nesta revisão.



Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Controle da Aplicação dos Recursos	Controle da Aplicação dos Recursos	1	27/09/2013	4 de 18

SEÇÃO 10.1 – CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

1 OBJETIVO

- 1.1 Definir e detalhar as obrigações estabelecidas no arcabouço legal e regulatório com relação à aplicação dos recursos do PEE.

2 ABRANGÊNCIA

- 2.1 As diretrizes estabelecidas nesta seção aplicam-se a todas as distribuidoras¹ de energia elétrica.

3 PROCEDIMENTOS

3.1 Cálculo dos Recursos

- 3.1.1 O fato jurídico necessário e suficiente para a constituição das obrigações legais de investimento em eficiência energética é o reconhecimento contábil, pelas empresas de energia elétrica, conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001. A base de cálculo das obrigações legais é a Receita Operacional Líquida (ROL), apurada de acordo com o disposto no MCSE.
- 3.1.2 O reconhecimento contábil das obrigações deverá ocorrer simultaneamente ao dos itens que compõem a Receita Operacional, independentemente do desembolso financeiro dos recursos, respeitando-se o princípio da competência contábil.
- 3.1.3 Sobre as obrigações legais de aplicação de recursos em projetos de eficiência energética, reconhecidas contabilmente, incidirão juros, a partir do segundo mês subsequente de seu reconhecimento, até o mês do registro do gasto na ODS, calculados mensalmente com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).
- 3.1.3.1 A incidência dos juros supracitados não exime a Distribuidora das penalidades previstas na [Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004](#).

¹ Empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica, conforme definido no [Módulo 1 - Introdução](#).



Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Controle da Aplicação dos Recursos	Controle da Aplicação dos Recursos	1	27/09/2013	5 de 18

3.2 Movimentação Financeira da Conta Contábil

3.2.1 Quando o Sistema de Gestão do PEE (SGPEE) estiver em operação, a distribuidora deverá preencher, mensalmente, o formulário de Movimentação Financeira da Conta Contábil de Eficiência Energética. Enquanto o SGPEE não estiver disponível, deve-se enviar, mensalmente, Arquivo Eletrônico de movimentação financeira conforme disposto no documento [Instruções para Geração e Envio de Dados de Projetos de Eficiência Energética pelas Concessionárias de Distribuição](#), disponível no portal da ANEEL.

3.2.1.1 O prazo para envio é até o quinto dia útil do segundo mês subsequente ao reconhecimento contábil. Porém, caso a distribuidora ainda não tenha as informações, poderá enviá-las até 40 (quarenta) dias após findo o mês de competência, exceto para o mês de dezembro, cujo prazo é 30 de abril do ano seguinte ao de competência, e dos meses de janeiro e fevereiro, que também deverão ser encaminhados até 30 de abril do mesmo ano.

3.2.2 Conforme disposto no inciso V do art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, inserido por meio da [Lei nº 12.212](#), de 20 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010), as distribuidoras deverão aplicar, no mínimo, 60% da obrigação legal de investimento em programas de eficiência energética em unidades consumidoras beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE).

3.2.2.1 Os valores aplicados em projetos que excederem os 60% mencionados acima poderão ser abatidos da obrigação dos anos posteriores.

3.2.3 Será verificado, no mês de março de cada ano, se as obrigações de investimento de que trata a Lei 9.991/2000 e os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética (PROPEE) foram observados pela distribuidora na execução de seus projetos.

3.2.3.1 O montante relativo ao percentual da ROL a ser investido anualmente será calculado com base na Receita Operacional Líquida do ano civil anterior.

3.2.3.2 O período para verificação do cumprimento da obrigação legal será o ano civil anterior, exceto quando os registros da ANEEL demonstrarem que a empresa não enviou as informações relativas a outros períodos anteriores.

3.3 Procedimentos contábeis

3.3.1 Todos os procedimentos contábeis deverão obedecer ao disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE - ANEEL, 2010), instituído pela Resolução ANEEL no. 444, de 26 de outubro de 2001, na sua edição mais recente, disponível em [Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE](#).



Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Controle da Aplicação dos Recursos	Controle da Aplicação dos Recursos	1	27/09/2013	6 de 18

- 3.3.2 A distribuidora de energia elétrica é responsável pelo controle de todos os gastos incorridos nos projetos, incluindo a guarda dos devidos comprovantes e acompanhamento da execução do orçamento repassado a terceiros, bem como pelo preenchimento de relatórios financeiros analíticos por projeto e por Ordem de Serviço - ODS, onde constem, no mínimo, em colunas, as seguintes informações quanto às aplicações efetuadas: data, documento fiscal (Nota Fiscal, etc.), beneficiário, valor, etc. O citado relatório e os documentos comprobatórios dos gastos realizados deverão permanecer na distribuidora à disposição da fiscalização da ANEEL, ou da agência estadual conveniada.
- 3.3.3 A distribuidora deverá providenciar o preenchimento do Relatório de Execução Financeira do Projeto (REFP).
- 3.3.4 Para equipamentos e materiais adquiridos pela entidade executora do projeto, deverão ser enviadas à distribuidora cópias autenticadas das Notas Fiscais de compra e demais comprovantes dos dispêndios realizados, especificando no verso destes o projeto e o contrato a que se referem.
- 3.3.5 O reconhecimento dos investimentos realizados será feito após análise e aprovação final do projeto pela ANEEL. Os valores não reconhecidos retornam à conta contábil, voltando a compor a obrigação de investimento. Tais valores deverão ser corrigidos no período que se inicia no mês de lançamento na ODS e finda no mês de envio do Relatório Final para a ANEEL.
- 3.3.6 Desde que a movimentação contábil esteja prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), fica facultado às distribuidoras de energia elétrica a antecipação de investimentos em projetos de eficiência energética, para compensação futura. Os gastos antecipados serão corrigidos monetariamente pela variação do [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo \(IPCA\)](#).
- 3.4 Relatório de Execução Financeira do Projeto (REFP)
- 3.4.1 No REFP deverão ser lançados todos os dispêndios mensais, por rubrica prevista de cada projeto, identificando e correlacionando cada um com o número do documento fiscal comprobatório do lançamento contábil.
- 3.4.2 O REFP deverá estar devidamente assinado por um responsável da distribuidora e por um responsável técnico, informando devidamente seu registro classista (CREA, CRC, etc.).

Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Controle da Aplicação dos Recursos	Controle da Aplicação dos Recursos	1	27/09/2013	7 de 18

3.4.3 Para elaboração do REFP, a distribuidora deve solicitar às unidades executoras dos serviços as notas fiscais e demais comprovantes dos serviços realizados. No caso de dispêndio pela entidade executora de Materiais e Equipamentos, Mão de Obra Própria, Mão de Obra de Terceiros, Transporte, Administração Própria, Marketing, Treinamento e Capacitação, Descarte de Materiais, Medição e Verificação, Outros Custos Indiretos que estiverem fora da rubrica “Terceiros” (Serviços), esta deverá informar o tipo de documento comprobatório, seu número, o beneficiário (CNPJ/CPF), o valor, e remeter todas as cópias desses comprovantes fiscais à Distribuidora.

3.4.4 A Tabela 1 apresenta as informações que devem ser apresentadas no REFP sobre um determinado projeto de eficiência energética. A Tabela 2 apresenta a forma de apresentação da comprovação das despesas realizadas em cada projeto. Deve ser elaborada uma tabela para cada rubrica (Materiais e Equipamentos, Mão de Obra Própria, Mão de Obra de Terceiros, Transporte, Administração Própria, Marketing, Treinamento e Capacitação, Descarte de Materiais, Medição e Verificação, Outros Custos Indiretos). A Tabela 3 apresenta a totalização das despesas realizadas no projeto, por mês e por rubrica, e a Tabela 4 apresenta a comparação entre as despesas previstas e realizadas na execução do projeto ou plano de gestão. Os valores previstos serão meramente informativos. Serão utilizados na avaliação final do projeto os valores que comprovadamente forem realizados. Essas tabelas devem ser incluídas no arquivo do Relatório Final.

Tabela 1 - Informações sobre o Projeto

Projeto com Código ANEEL	Informar código ANEEL do projeto, conforme SGPEE
Título do Projeto	Informar título do projeto, conforme carregado no SGPEE
Data de Início	Informar dia, mês e ano de início de execução do projeto / abertura da ODS (xx/xx/xxxx)
Duração	Informar duração do projeto (xx meses)
Empresa (razão social)	
CNPJ	
Ordem de Serviço (ODS)	

Tabela 2 - Comprovação de Despesas em Projetos

Rubrica: xxxxx					
Data	Tipo de documento	Número do documento	Beneficiado	CNPJ/CPF	Valor
				Total	

Assunto:	Seção: Controle da Aplicação dos Recursos	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 8 de 18
Controle da Aplicação dos Recursos				

Tabela 3 - Totalização de Despesas em Projetos

Mês/Ano	Recursos Humanos	Materiais de Consumo	...	Total por Mês
mês 1/ano 1				
mês 2/ano 1				
...				
mês 1/ano 2				
mês 2/ano 2				
...				
mês 1/ano 5				
mês 2/ano 5				
...				
mês 12/ano 5				
Total por Rubrica				

Tabela 4 - Comparação entre as Despesas Previstas e Realizadas em Projetos

Rubrica	Valor Previsto	Valor Realizado	Justificativas para as Diferenças
Materiais e Equipamentos			
Mão de Obra Própria			
Mão de Obra de Terceiros			
Transporte			
Administração Própria			
Marketing			
Treinamento e Capacitação			
Descarte de Materiais			
Medição e Verificação			
Outros Custos Indiretos			

3.5 Custos com *Marketing*

- 3.5.1 Poderão ser incluídos no projeto custos de marketing, desde que a soma dos custos com marketing e administrativos não ultrapassem 5% do valor do projeto. Esses valores deverão ser considerados no cálculo da Relação Custo-Benefício (RCB) do projeto. Os valores deverão ser discriminados e contabilizados de forma detalhada, para que possam ser devidamente avaliados.

Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Controle da Aplicação dos Recursos	Controle da Aplicação dos Recursos	1	27/09/2013	9 de 18

3.6 Custo de Aquisição de Equipamentos e Serviços

- 3.6.1 Os preços de aquisição de materiais, equipamentos, serviços e mão de obra, devem ser balizados pela média de preços praticada pelo mercado, nas regiões onde os projetos serão executados. Não serão aprovados projetos que tenham seus preços unitários acima da média praticada pelo mercado.

3.7 Projetos Exclusivamente na Área de Concessão

- 3.7.1 Para garantir que a parcela de recursos pagos pelo consumidor para melhoria da eficiência energética seja revertida em seu benefício, serão permitidos apenas projetos executados na área de concessão das empresas do serviço público de distribuição de energia elétrica.

3.8 Treinamento

- 3.8.1 Poderão ser incluídos custos com treinamento, inclusive treinamento para gestão energética de unidades consumidoras industriais, comerciais e do poder público que foram contempladas com os projetos de eficiência energética.
- 3.8.2 O instrutor do treinamento poderá ser um funcionário da distribuidora. Poderão ser debitados do projeto, quando aplicáveis, os custos referentes a deslocamento, alimentação e hospedagem somente deste profissional.
- 3.8.3 O treinamento de funcionários da distribuidora, desde que voltados a eficiência energética, poderá ser feito com os recursos do Plano de Gestão, conforme o [Módulo 2 - Gestão do Programa](#).

3.9 Recuperação de Investimentos

- 3.9.1 Todos os projetos de eficiência energética cujo beneficiário tenha fins lucrativos devem ser feitos mediante Contrato de Desempenho, conforme o [Módulo 3 - Seleção e Implantação de Projetos](#).

3.10 Auditoria Contábil e Financeira

- 3.10.1 Em todos os projetos, deverá ser emitido um “Relatório de Auditoria Contábil e Financeira” que deverá conter a auditoria dos custos realizados. A distribuidora de energia elétrica deverá contratar pessoa jurídica inscrita na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para realizar a auditoria, cujos custos poderão ser incluídos no Plano de Gestão da empresa, mas fora do limite estabelecido no [Módulo 2 - Gestão do Programa](#). Salienta-se que a contratação de empresas privadas de auditoria pelas distribuidoras de energia elétrica que integrem a Administração Pública Federal indireta deve observar a restrição constante do art. 16 do Decreto nº. 3.591, de 6 de setembro de 2000, ou ato superveniente.



Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Controle da Aplicação dos Recursos	Controle da Aplicação dos Recursos	1	27/09/2013	10 de 18

3.11 Prazos e Forma de Entrega

3.11.1 Os projetos devem ser enviados por meio do arquivo eletrônico, e ser carregados no Sistema de Gestão dos Programas de Eficiência Energética da ANEEL (SGPEE) em qualquer dia do ano, observando a obrigatoriedade de carregamento antes do início da execução do projeto.

3.11.2 O arquivo eletrônico para apresentação dos projetos será divulgado e disponibilizado no site da ANEEL.

3.11.3 Os projetos que necessitam de Avaliação Inicial da ANEEL para início de sua execução deverão ser elaborados de acordo com o Roteiro Básico para Elaboração de Projetos descrito no [Módulo 4 - Tipologias de Projeto](#) e, até o início da vigência do SGPEE (que absorverá todo o trâmite de informações), encaminhados através de:

- Carta de encaminhamento em papel timbrado da distribuidora,
- 01 (uma) via impressa, em papel com logomarca da distribuidora
- 01 (uma) via em meio magnético
- Cadastro no SGPEE com os mesmos dados da via enviada em papel.

3.11.3.1 As versões impressas e em meio magnético deverão estar de acordo com informações fornecidas no arquivo eletrônico carregado no SGPEE.

3.11.4 Os prazos previstos para Avaliação Inicial serão de 60 (sessenta) dias para os projetos que necessitam de uma avaliação detalhada e de 30 (trinta) dias para os demais (avaliação inicial simplificada).

Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Fiscalização	10.2	1	27/09/2013	11 de 18

SEÇÃO 10.2 – FISCALIZAÇÃO

1 OBJETIVO

- 1.1 Estabelecer as diretrizes, procedimentos e documentos a serem observados na fase de fiscalização dos projetos.

2 ABRANGÊNCIA

- 2.1 As diretrizes estabelecidas nesta Seção aplicam-se a todos os projetos do PEE.

3 PROCEDIMENTOS

- 3.1 A fiscalização busca garantir que as empresas de energia elétrica cumpram sua obrigação de realizar os investimentos mínimos em eficiência energética conforme o estabelecido no Contrato de Concessão, na legislação pertinente, e nos projetos aprovados. Este cumprimento implica atingir as metas físicas e financeiras dos projetos.
- 3.2 A fiscalização é uma atividade formal e documentada, que fornece subsídios para verificação da adequação, frente à legislação aplicável, dos objetivos estabelecidos na elaboração dos projetos. Constatada uma infração, sujeita à imposição de penalidade, o procedimento adotado pela ação fiscalizadora está regulamentado pela [Resolução Normativa nº. 63, de 12 de maio de 2004](#).
- 3.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução dos projetos de eficiência energética poderão ser realizados pelas Agências Estaduais conveniadas à ANEEL.
- 3.4 Objetivos
 - 3.4.1 A fiscalização dos projetos de eficiência energética tem como objetivos:
 - Verificar o cumprimento de aplicações mínimas exigidas por lei.
 - Avaliar a metodologia empregada e os resultados atingidos.
 - Verificar os resultados de melhoria da eficiência energética dos projetos dos PEE.
 - Identificar fatores que prejudicam ou possam prejudicar a execução dos projetos de PEE. .
- 3.5 Atividades de Fiscalização
 - 3.5.1 O processo de fiscalização se inicia a partir do encaminhamento do Ofício da ANEEL/SFE ou ANEEL/SFF informando sobre o início e prazo da fiscalização e das demais informações necessárias para o início da fiscalização na sede do Agente.



Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Fiscalização	10.2	1	27/09/2013	12 de 18

3.5.2 A execução da fiscalização será efetuada pela equipe técnica do PEE e/ou da ANEEL/SFE, ANEEL/SFF e consultores *ad hoc* na sede do Agente, visitando *in loco* os locais de execução dos projetos, e analisando os documentos pertinentes (Relatório de Execução Financeira do Projeto (REFP), Documentos Fiscais, Relatórios Finais dos Projetos, Relatório de Auditoria Contábil e Financeira e Validação da M&V).

3.5.2.1 Esta fiscalização poderá ter como resultado a constatação de não conformidades frente aos regulamentos presentes no PROPEE.

3.5.2.2 Após realização da fiscalização em campo, a ANEEL/SFE, ANEEL/SFF ou a Agência Estadual elaborará o Relatório de Fiscalização com o respectivo Termo de Notificação - TN e os encaminhará ao Agente.

3.6 Etapas da Fiscalização

3.6.1 Informação ao Agente sobre a Fiscalização

Realizada através da emissão de ofício pela ANEEL/SFE, ANEEL/SFF ou Agência Estadual, para a distribuidora a ser fiscalizada, estabelecendo os objetivos, a data e a agenda de trabalho, os participantes e o roteiro da fiscalização de metas físicas e/ou verificação dos gastos realizados.

A emissão do ofício de notificação será feita com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data prevista para a fiscalização. Neste Ofício estarão relacionados os documentos a serem fornecidos pelo Agente para o início da fiscalização, conforme o Quadro I. A indisponibilidade de tais informações pelo Agente no primeiro dia da fiscalização, mesmo que parcialmente, poderá ser passível de registro de não conformidade.

3.6.2 Fase de Campo

Consiste na realização da fiscalização propriamente dita, com reuniões técnicas, exame de documentos, visitas *in loco* de instalações de novos equipamentos, etc.

3.6.3 Consolidação das Informações

De posse das informações disponibilizadas pelo Agente, a ANEEL/SFE, ANEEL/SFF consolidará as informações da execução econômico-financeira na sede do Agente, confrontando as informações fornecidas com o Relatório de Execução Financeira do Projeto – REFP (item 3.4 acima), o Relatório Final, Relatório de Auditoria Contábil e Financeira e Validação da M&V.

3.6.4 Um resumo das atividades desta etapa está descrita no Quadro I a seguir:



Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Fiscalização	10.2	1	27/09/2013	13 de 18

QUADRO I**Verificação dos Gastos Previstos e Realizados**

Quando se tratar de projeto com Avaliação Inicial, será efetuada a verificação da contabilização dos gastos previstos e realizados com base na Tabela 4 - Comparação entre as Despesas Previstas e Realizadas em Projetos. Havendo discrepância entre os gastos previstos e realizados, a distribuidora deverá justificar as diferenças. As justificativas serão levadas em consideração na Avaliação Final do projeto. Caso se trate de projetos sem avaliação inicial, será verificada a contabilização dos gastos realizados.

Mesmo nos projetos onde o financiamento do PEE seja parcial, o controle deverá ser feito sobre os gastos totais do projeto.

Serão examinados:

Gastos efetivos

Planilha demonstrativa dos gastos previstos (avaliação inicial) e realizados por projeto de eficiência energética, compreendendo mão de obra (própria e de terceiros), materiais e equipamentos, transporte, etc.

Serão consideradas **não conformidades** os seguintes procedimentos:

- Não atendimento em tempo hábil para as atividades de fiscalização das solicitações constantes do Ofício que informou a fiscalização;
- Dispêndios de valores das rubricas fora da finalidade destas.
- Notas Fiscais com antecedência de mais de 12 meses do cadastramento do projeto no Sistema de Gestão de Eficiência Energética, excetuando-se:
 - NFs referentes à prospecção, pré-diagnósticos e diagnósticos do projeto que efetivamente foi executado;
 - NFs de materiais e equipamentos comprados para eficiência energética e que se encontrem no estoque da distribuidora ou que tenham sido alocados em outros projetos².
- Emissão de Notas Fiscais diretas da entidade executora para o agente, não relacionadas com a prestação de Serviços de Mão-de-Obra (rubrica "Terceiros" na rubrica RH); (*)
- Relatório Final em desacordo com as evidências de fiscalização.
- Relatório Final do projeto, com planilhas demonstrativas financeiras em desconformidade com os montantes financeiros registrados na ODS do projeto;

(*) Se existirem dispêndios de Materiais de Consumo, Equipamentos, Viagens e outros adquiridos por empresa contratada, esta deve remeter cópia destas Notas Fiscais e demais comprovantes (bilhetes de viagem, etc.) ao Agente contratante para fins de contabilização nas rubricas específicas e fiscalização pela ANEEL.

² Neste caso, os lançamentos contábeis devem retratar com clareza a transferência do bem, a fim de que não venham a compor o custo do projeto de origem e também o do projeto destinatário.



Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Fiscalização	10.2	1	27/09/2013	14 de 18

Dossiê da Ordem de Serviço em Curso

Apresentação da ODS nos termos do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, Nota 1, da conta 112.95, e cópia do razão contábil analítico com a documentação suporte dos lançamentos.

Serão consideradas **não conformidades** os seguintes procedimentos:

- ODS sem fechamento ou com fechamento fora do prazo final declarado do projeto no Relatório Final, uma vez que a conclusão do projeto encerra todas as atividades físicas e financeiras dos projetos;
- Valores financeiros na ODS relacionados a contratos, notas fiscais, comprovantes, etc. com datas de emissão após o prazo final declarado do projeto;

Valoração das horas efetivas utilizadas em cada projeto pela mão-de-obra própria

Serão consideradas **não conformidades** os seguintes procedimentos:

- Lançamentos nas ODS de valores relativos à mão de obra própria sem a comprovação formal de que foram utilizados nas atividades de PEE e sem a valoração das horas gastas (valor médio custo de homem/hora) no projeto.

Documentos suporte

Notas fiscais, inclusive das contratadas e executoras dos projetos, contratos com terceiros, ordens de pagamento etc.

Serão consideradas **não conformidades** os seguintes procedimentos:

- Notas Fiscais, contratos com terceiros, ordens de pagamento, etc. com data de emissão fora do prazo final declarado do projeto no Relatório Final;
- Notas Fiscais que não estejam contabilizadas na ODS até a data do prazo final declarado do projeto;
- Notas Fiscais com datas anteriores ao cadastro do projeto na ANEEL, com exceção daquelas destinadas ao pagamento de serviços de pré-diagnóstico e/ou diagnóstico ou equipamentos e materiais adquiridos em projetos de eficiência energética anteriores;
- Notas, documentos fiscais e dados adicionais sem relação com o Relatório de Execução Financeira;
- Notas Fiscais referentes a materiais de consumo e equipamentos não adquiridos especificamente para o projeto ou retirados do estoque da distribuidora. No caso de compras de materiais e equipamentos destinados ao projeto e a outros fins, deverão constar nas respectivas Notas Fiscais a quantidade e os preços referentes aos itens destinados ao projeto de eficiência energética.
- Inexistência de contratos ou convênios para realização dos projetos de eficiência energética, no caso dos projetos não serem realizados diretamente pelos agentes.

Verificação *in loco*

A critério do agente fiscalizador podem ser realizadas visitas aos locais onde foram instalados equipamentos.



Assunto: Fiscalização	Seção: 10.2	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 15 de 18
--------------------------	----------------	---------------	---------------------------------	---------------------

3.6.5 Relatório de Fiscalização e a Notificação

Será emitido relatório apresentando os resultados da fiscalização realizada, elaborado com base no exame dos documentos, anotações, entrevistas e verificações in loco, entre outros, apresentando as constatações e, quando for o caso, não conformidades, determinações e recomendações.

3.6.6 Termo de Notificação (TN)

Emissão e envio de TN à empresa, tendo como referência o relatório de fiscalização. A partir daí, segue o processo conforme as Figura 1 e 2.

3.6.7 Arquivamento do Processo de Fiscalização

Não sendo constatada nenhuma não conformidade ou em caso de cancelamento destas, conforme situações previstas na Res. Nº 63/2004 e atendimento das determinações contidas no TN, o processo de fiscalização será formalmente arquivado, sendo emitido e enviado à distribuidora o respectivo Termo de Arquivamento.

3.6.8 Aplicação de Penalidades

O não enquadramento das não conformidades nas situações de cancelamento previstas na Res nº 63/2004; o descumprimento de determinações (após avaliação de mérito mediante processo administrativo) dentro de prazos estipulados; e o descumprimento de outros dispositivos regulamentares deixará a distribuidora de energia elétrica sujeita à imposição das penalidades, previstas na [Resolução mencionada](#), sendo aberto processo administrativo punitivo e consequente emissão do Auto de Infração.



Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Fiscalização	10.2	1	27/09/2013	16 de 18

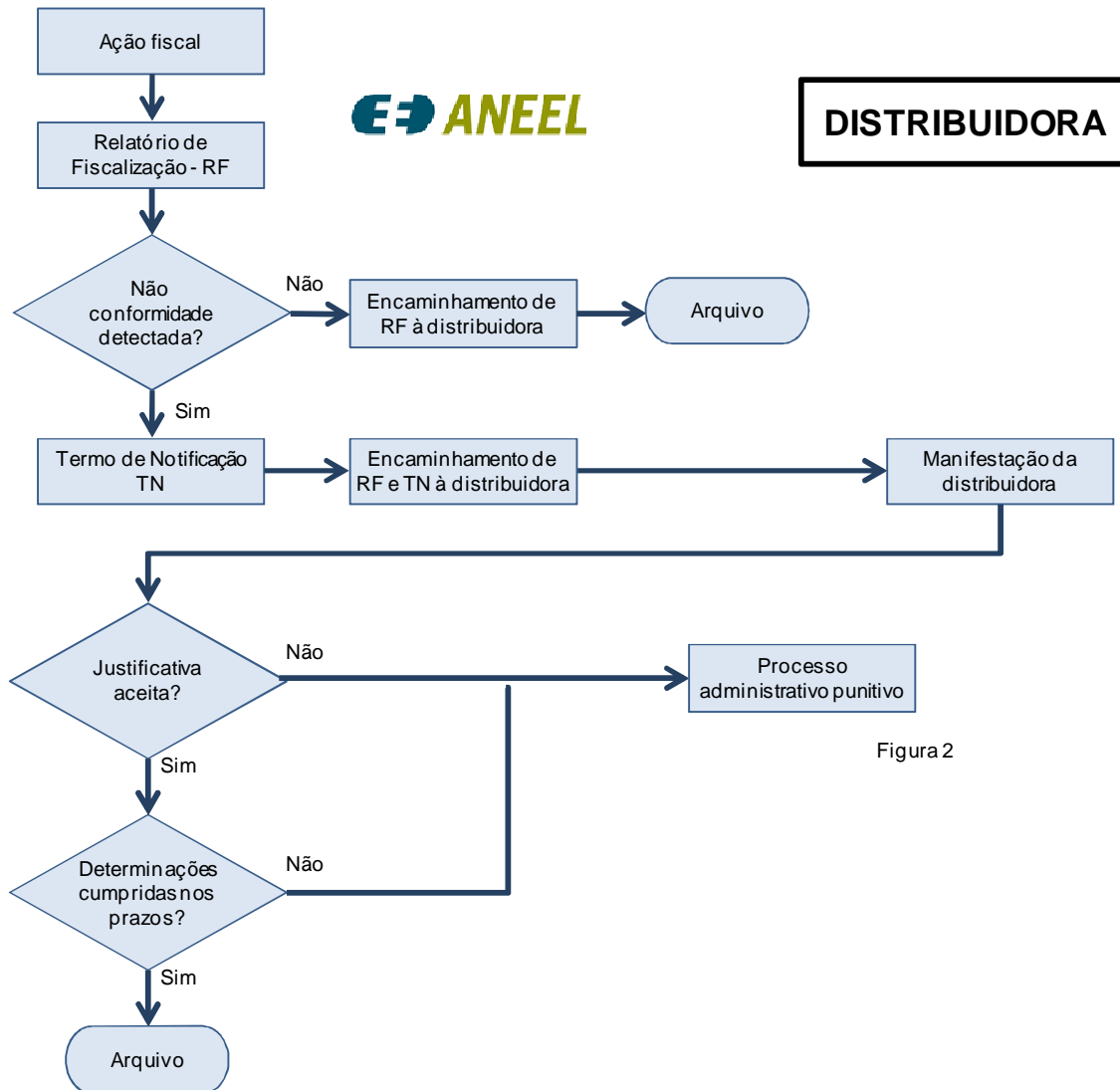


Figura 1 – Processo de Fiscalização

Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Fiscalização	10.2	1	27/09/2013	17 de 18

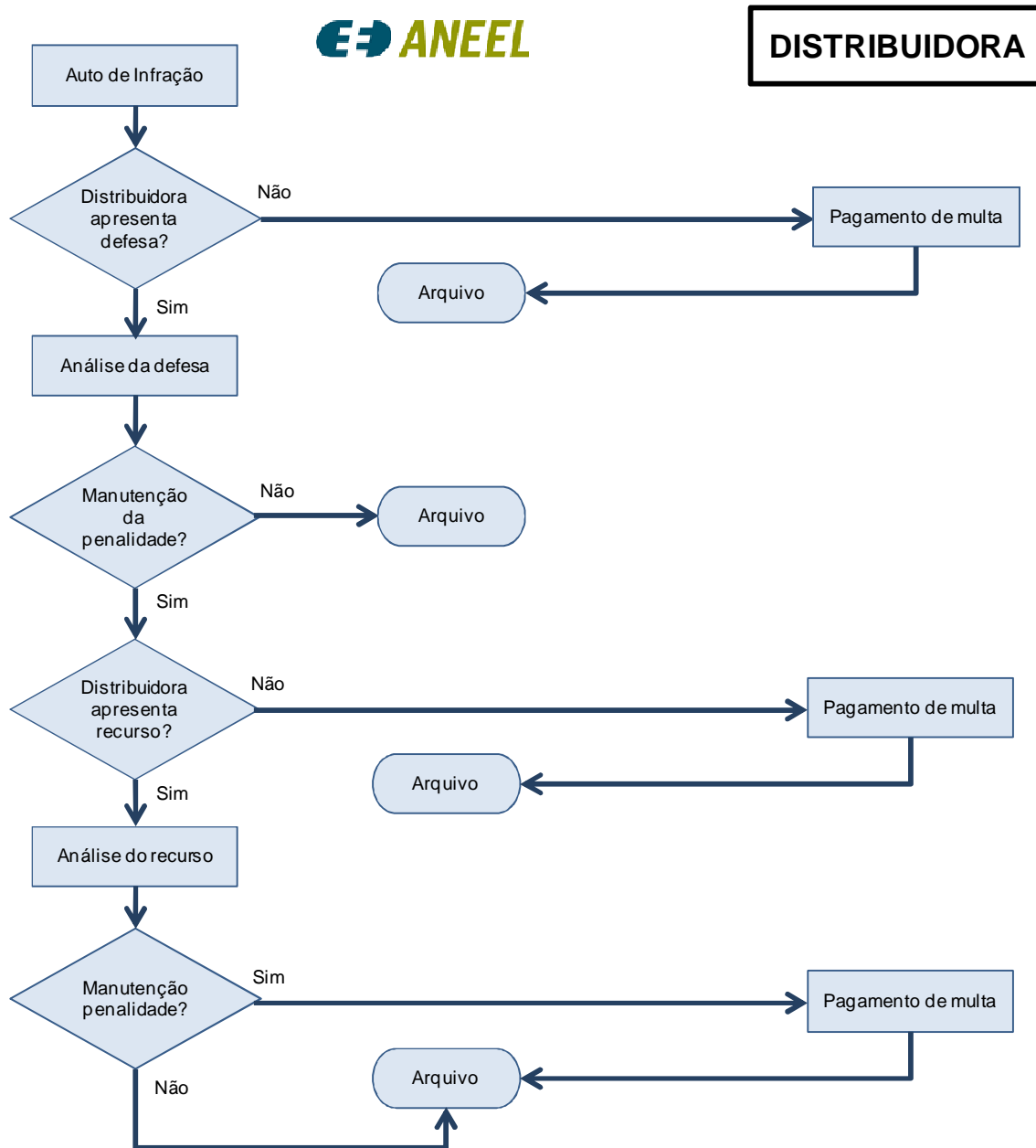


Figura 2 – Processo Administrativo Punitivo

Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 18 de 18
---------------	---------------------------------	---------------------

REFERÊNCIAS

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Resolução Normativa nº 63** de 12 de maio de 2004. Brasília-DF: ANEEL, 2004.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Manual de Contabilidade do Setor Elétrico** – MCSE. Brasília-DF: ANEEL, 2009.

